



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO**

**NOME:** \_\_\_\_\_ **INSCRIÇÃO Nº:** \_\_\_\_\_

**PROVA ESCRITA OBJETIVA**

**INSTRUÇÕES:**

**A – QUANTO AO CADERNO DE PROVA**

1. Verifique este CADERNO DE PROVA. Ele deve conter 100 questões escritas objetivas. Constatando qualquer irregularidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição. **NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
2. Neste CADERNO DE PROVA, as questões estão numeradas de 01 a 100, contendo cada uma 05 (cinco) opções, precedidas das letras A, B, C, D, E. Assinale no CADERNO DE PROVA, em cada questão, uma única resposta.
3. Para sua segurança reveja a questão, conferindo a resposta assinalada, **ANTES** de registrar sua opção na FOLHA DE RESPOSTAS.
4. Na correção será considerado apenas o que estiver marcado na FOLHA DE RESPOSTAS.
5. Marque sua resposta considerando a legislação vigente, a doutrina e a jurisprudência brasileiras dominantes.
6. O candidato pode levar consigo o CADERNO DE PROVA, após retirar-se definitivamente da sala.

**B – QUANTO À FOLHA DE RESPOSTAS**

1. Na folha de respostas, encontram-se as instruções para o seu preenchimento, **LEIA-AS ATENTAMENTE!**
2. A FOLHA DE RESPOSTAS não poderá ser RASURADA ou SUBSTITUÍDA.
3. Serão consideradas ERRADAS as questões que tiverem duas ou mais alternativas assinaladas como resposta, bem como as questões em branco.
4. Para efeito de correção, cada questão terá o valor de 0,1 (zero vírgula um) ponto.
5. A cada três questões ERRADAS implicam, no cômputo geral, na eliminação de uma questão correta, não sendo consideradas, para este fim, as questões em branco.
6. A FOLHA DE RESPOSTAS deverá ser devolvida ao fiscal da sala, até o prazo previsto para o término da prova.

**C – OUTRAS INFORMAÇÕES**

1. Não é permitido consulta de qualquer espécie.
2. Não é permitido uso de aparelhos eletrônicos.
3. Não é permitido fumar no recinto.
4. Não é permitido ao candidato ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes de decorrida uma hora e trinta minutos do início das provas.
5. A prova escrita objetiva terá duração de 5 horas.
6. A Comissão Examinadora do Concurso divulgará até 48 horas, após a realização da prova escrita objetiva, o gabarito oficial do Concurso; e até o décimo quinto dia útil, a lista com o nome dos candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

---

## DIREITO PENAL

---

01. Tício, condenado a 12 anos de reclusão por crime de homicídio qualificado, praticado em 1996, requer livramento condicional, após cumprir parcela de sua pena.

Com base no enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- A) O benefício não pode ser concedido, pois a pena por este crime deve ser cumprida integralmente em regime fechado;
- B) Se concedido, deve ser revogado se Tício for condenado definitivamente por crime praticado antes do benefício, não se descontando, na pena restante, o tempo que esteve em liberdade;
- C) Poderá ser concedido se, primário e com bons antecedentes, Tício cumprir mais de 1/3 da pena, além de ficar o benefício subordinado à constatação de condições pessoais que façam presumir que ele não voltará a delinquir;
- D) Não poderá ser concedido se Tício for reincidente em crime dessa mesma natureza, praticado no ano anterior;
- E) Poderá ser concedido se, reincidente em crime doloso, houver cumprido mais da metade da pena.

02. O concurso de crimes é a ocorrência de dois ou mais delitos, praticados em uma ou mais ações. Sobre o assunto, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – Aplicam-se cumulativamente as regras do concurso formal de crimes e do crime continuado ao agente que, mediante uma única ação típica de estelionato, atinge três patrimônios diferentes e, dias após, pratica o mesmo delito em condições semelhantes contra outras vítimas;

II – Se o agente mata mulher grávida, conhecendo essa circunstância, e desejando, de modo autônomo, o duplo resultado, responde pelos delitos de homicídio e aborto em concurso formal imperfeito de crimes, em que as penas devem ser aplicadas cumulativamente;

III – No concurso material, se o agente for condenado à pena privativa de liberdade, não suspensa por um dos crimes, será incabível a aplicação de pena restritiva de direito para os demais;

IV – Tício, desejando somente matar Mévio, em erro na execução, acerta, também, em Caio, que estava ao lado deste, ocorrendo um duplo resultado fatal não desejado por ele. Aplica-se, aqui, a regra do concurso material de crimes;

V – No crime continuado, a prescrição é contada a partir do dia que cessa a continuação e não em cada delito componente.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) II, IV e V estão corretas;
- C) I, III e IV estão corretas;
- D) I, IV e V estão corretas;
- E) II, III e V estão corretas.

03. Mévio, atualmente, com 61 anos de idade, foi condenado à pena de 5 anos de reclusão em 04-10-1995, por crime de furto qualificado (CP, art. 155, § 4º, II). Ambas as partes apelaram, estando o processo, na presente data, em pauta, no Tribunal de Justiça, para julgamento. Se o prazo de prescrição é de 12 anos (CP, art. 109, III), em face da pena imposta, pode-se afirmar que:

- A) Se improvido o recurso da acusação, estaria prescrita a pretensão punitiva do Estado pela prescrição superveniente, pois, sendo maior de 60 anos na data do julgamento, o prazo prescricional se reduz pela metade;
- B) Caso o Tribunal reforme a sentença de primeira instância e absolva o réu, o acórdão absolutório interrompe a prescrição;
- C) Caso o Tribunal confirme a sentença condenatória de primeira instância, interrompe-se a prescrição;
- D) Rejeitados os recursos, em decisão definitiva de segunda instância, inicia-se a prescrição da pretensão executória, cujo termo inicial é o trânsito em julgado para a acusação;
- E) Se Mévio for condenado e fugir após o cumprimento de parte da pena, tal fato irá interromper a prescrição da pretensão executória, que será calculada pela pena originariamente imposta.

04. Assinale a alternativa correta, a respeito da fixação da pena:

- A) Aplicando as regras do art. 59 do Código Penal, é facultado ao juiz fixar a pena-base acima do mínimo legal, considerando como maus antecedentes o fato de estar o réu indiciado em inquérito policial, denunciado (em outro processo) ou existirem ações penais arquivadas contra ele, de cujas imputações restou absolvido;
- B) A eventual existência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal;
- C) No crime de roubo, havendo a incidência de mais de uma circunstância que justifique o aumento de pena, deve o juiz usar a primeira para tipificar o delito e as demais como agravantes genéricas;
- D) No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve se aproximar do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se estas, por exemplo, as que resultam dos motivos determinantes do crime, como o motivo fútil e o relevante valor social ou moral;
- E) No concurso de causas de aumento ou de diminuição, previstas tanto na parte geral quanto especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

05. A respeito do concurso de agentes, pode-se afirmar:

- A) No crime de peculato, não se admite a participação, apenas a co-autoria;
- B) A conivência é uma modalidade de participação punível;
- C) É causa de diminuição de pena a participação de menor importância no crime;

- D) Se o agente ataca animal bravo, provocando ferimento em uma vítima, deve responder pelo crime praticado como autor mediato;
- E) Desde que conhecida por todos, as circunstâncias subjetivas do crime sempre se comunicam aos demais participantes do crime.

06. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – Existem dois tipos de multa no Código Penal: uma substitutiva, que tem natureza jurídica de pena restritiva de direito, e outra como pena autônoma, imposta no tipo incriminador;
- II – A pena restritiva de direitos de perda de bens e valores será revertida em favor da vítima e terá, como teto, o montante do prejuízo causado ou do proveito obtido pelo agente ou por terceiro - o que for maior - em consequência da prática do crime;
- III – Quando a pena privativa de liberdade aplicada for menor ou igual a dois anos, somente deve ser substituída por uma restritiva de direitos, se não for possível aplicar o *sursis*;
- IV – Desde que presentes os demais requisitos legais, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos a réu reincidente;
- V – A pena restritiva de direitos converte-se em pena privativa de liberdade, quando decorrer de descumprimento injustificado das restrições impostas. No cálculo da pena a ser cumprida, não será deduzido o tempo de cumprimento da pena restritiva de direitos, bem como deve ser respeitado o tempo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) III, IV e V estão corretas;
- C) I e IV estão corretas;
- D) I, II e V estão corretas;
- E) II, III, IV e V estão corretas.

07. A respeito da teoria do crime, é incorreto afirmar:

- A) Pela teoria da tipicidade conglobante, a pequena relevância da ofensa a bem jurídico protegido pela norma penal, é um fato penalmente atípico;
- B) De acordo com a teoria da imputação objetiva, para caracterizar o nexo de causalidade entre o resultado e a conduta do agente, dentre outros fatores, é preciso que este tenha criado uma situação de risco juridicamente proibido;
- C) Uma das diferenças entre crimes qualificados pelo resultado e preterdolosos é que os primeiros podem ocorrer, a partir de uma conduta antecedente dolosa e de um resultado doloso, ao passo que os segundos ocorrem, a partir de uma conduta antecedente dolosa e um resultado culposo;
- D) Culpa imprópria é aquela, na qual o legislador atribui uma pena por crime culposo a agente que pratica um crime doloso, como no erro de tipo vencível;
- E) Em caso de embriaguez accidental completa, exclui-se a imputabilidade do agente pela aplicação da teoria da *actio libera in causa*.

08. Quantas das assertivas abaixo estão corretas:

I – A duração da pena de prisão simples, no caso de contravenção, não pode, em caso algum, ser superior a 5 anos;

II – Nos crimes de imprensa, a retratação ou retificação espontânea, expressa e cabal, feita, antes do início do procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes de calúnia e difamação, não excluindo no caso do crime de injúria;

III – A condenação por crime de tortura, inclusive, em caso de conduta omissiva, acarretará, automaticamente, a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição, para seu exercício, pelo dobro do prazo da pena aplicada;

IV – Por se tratar de crime material, a consumação do crime de extorsão mediante seqüestro ocorre com o pedido de pagamento do resgate, não sendo necessária, portanto, a obtenção de vantagem;

V – A conduta de disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime, é tipificada como delito afiançável no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).

A) 1

B) 2

C) 3

D) 4

E) 5

09. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – A ausência de justa causa configura elemento normativo do tipo penal definido no art. 246 do Código Penal (abandono intelectual), vez que presente esta fica excluída a tipicidade do fato;

II – Hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres, configura crime, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – O fato de deixar, em instituição de assistência, filho recém-nascido alheio, ocultando-lhe a filiação, com o fim de prejudicar direito inerente ao estado civil, configura o crime de sonegação de estado de filiação;

IV – Se da violência empregada para o cometimento do crime de estupro resultar morte, estaremos diante de um crime de estupro e de homicídio, em concurso formal imperfeito;

V – A conduta do médico que prescreve, culposamente, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, em dose, evidentemente, maior que a necessária, comete crime previsto na Lei de Tóxicos (Lei nº 6.368/76).

A) I, II e IV estão corretas;

B) I, III e IV estão corretas;

- C) I, III e V estão corretas;
- D) II, III, e V estão corretas;
- E) II, IV e V estão corretas.

10. Com relação aos crimes previstos na Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), é incorreto afirmar:

- A) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, são circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo, e quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga;
- B) A multa reparatória encontra-se dentre as penas previstas no Código de Trânsito Brasileiro;
- C) Configura causa de aumento de pena do crime de lesão corporal culposa de trânsito, o fato de não possuir carteira de habilitação;
- D) Ao condutor de veículo, nos casos de crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela, exceto no caso de homicídio;
- E) Configura crime de trânsito deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio à autoridade pública, sendo tal norma subsidiária, somente aplicando-se a pena respectiva se o fato não constituir elemento de crime mais grave.

11. Quantas das assertivas abaixo estão corretas:

- I – De acordo com a orientação jurisprudencial majoritária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, extingue-se a punibilidade, pela união estável do agente com a vítima, nos casos de estupro cometido com violência presumida;
- II – O pagamento de cheque sem suficiente provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal;
- III – No crime de difamação, o agente imputa à vítima, falsamente, um fato definido como crime; no crime de calúnia, protege-se a honra objetiva das pessoas; e, na injúria, o objeto tutelado é a honra subjetiva;
- IV – Em caso de crime de sonegação fiscal, previsto na Lei 8.137/90, cometido em quadrilha ou co-autoria, o agente que, através de confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de 1 a 2/3;
- V – A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960/89, no caso de crime hediondo, terá o prazo de trinta dias, prorrogável, por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.

- A) 1
- B) 2
- C) 3

- D) 4
- E) 5

12. Mévio, que não é funcionário público, solicitou a Tício, interessado no licenciamento de um projeto de carcinicultura, a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a pretexto de usar de sua ascendência junto a determinado técnico de uma autarquia ambiental estadual, a fim de que seu projeto fosse liberado de qualquer forma e de maneira urgente. Neste caso, Mévio cometeu crime de:

- A) Tráfico de influência;
- B) Corrupção ativa;
- C) Exploração de prestígio;
- D) Advocacia administrativa;
- E) Exercício funcional ilegalmente antecipado.

---

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

13. Sobre desaforamento do júri, quantas das assertivas estão corretas:

- I – Deve ser determinado por ato do Tribunal de Apelação, em face de requerimento do Ministério Público ou da Defesa ou de representação do Juiz-Presidente do Tribunal do Júri;
- II – O pedido, se formulado pelo réu, deve ser feito na fase de defesa prévia;
- III – Importa em modificação da competência territorial;
- IV – O desaforamento se limita ao foro de julgamento, não sendo admitido para fim de realização da instrução processual;
- V – Não se admite o reaforamento em face da pronúncia ter sido anulada, e proferida outra, mantidos os mesmos acusados, pois sendo o desaforamento processo incidental, fora dos autos principais, se refere unicamente à transferência do foro do julgamento dos pronunciados, nada tendo a ver com a sentença de pronúncia, que é juízo de admissibilidade da acusação.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

14. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – Não se admite a prisão em flagrante, nos crimes sujeitos à ação penal privada;

II – Ocorrerá a extinção da punibilidade pela preempção, quando, numa ação penal privada subsidiária da pública, o querelante, de forma negligente, deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias consecutivos;

III – Segundo a orientação jurisprudencial prevalente na atualidade, no crime de estupro, a união estável do agente com a vítima é causa de extinção de punibilidade;

IV – Verificando o juiz que a denúncia, oferecida pelo promotor de justiça, narra um crime, cuja pena máxima já foi alcançada pela prescrição, deverá rejeitá-la e arquivar o inquérito policial;

V – Nos crimes de ação privada, o inquérito policial somente se iniciará a requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

A) I e II estão corretas;

B) I e III estão corretas;

C) II e IV estão corretas;

D) III e V estão corretas;

E) IV e V estão corretas.

15. Sobre o tema nulidades, quantas das assertivas abaixo estão corretas:

I – É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção;

II – É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição;

III – Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia;

IV – É nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação, ou publicação da pauta, salvo em habeas-corpus;

V – É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

A) 1

B) 2

C) 3

D) 4

E) 5

16. De acordo com o art. 383 do Código de Processo Penal, o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave. Sobre o tema, pode-se afirmar:

A) É possível a alteração referente ao elemento subjetivo do delito;

B) O juiz deverá prolatar a sentença, sem que seja necessária a abertura de vista do processo à defesa;



- C) A violação da regra de correlação entre a acusação e sentença é causa de nulidade relativa;
- D) A regra da *emendatio libelli*, descrita no artigo, não se aplica ao julgamento de recurso em superior instância;
- E) O juiz não poderá condenar o réu na hipótese de o Ministério Público, titular da ação penal, haver requerido a absolvição do réu, em sede de alegações finais.

17. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – No processo penal, o juiz determina a citação do réu por hora certa, quando ele se oculta para não ser citado pessoalmente;
- II – Não se admite o julgamento, à revelia, pelo Tribunal do Júri, ainda que se trate de crime afiançável;
- III – A intimação da sentença de pronúncia, no caso de homicídio, estando o réu em local incerto e não sabido, deverá ser feita por edital;
- IV – A regra, no processo penal, é a citação por mandado;
- V – Não há nulidade pela não cientificação do defensor da data da realização da audiência no juízo deprecado.

- A) I e II estão corretas;
- B) I e IV estão corretas;
- C) II e III estão corretas;
- D) III e V estão corretas;
- E) IV e V estão corretas.

18. Não é cabível recurso em sentido estrito da decisão que:

- A) Determina o arquivamento do inquérito policial;
- B) Absolve, sumariamente, o réu em face da excludente de ilicitude legítima defesa;
- C) Julga procedentes as exceções, salvo a de suspeição;
- D) Julga extinta a punibilidade pelo perdão judicial;
- E) Concede ordem de *habeas corpus*.

19. Sobre recursos no processo penal, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por turma recursal do juizado especial criminal;
- II – A não apresentação das razões de apelação, no prazo legal, torna o recurso deserto, não podendo, por conseguinte, ser conhecida pela instância superior;
- III – Ocorre *reformatio in pejus* indireta, quando o Tribunal de Justiça, em recurso exclusivo da defesa, anular sentença condenatória, em face de incompetência absoluta do juízo e for, no juízo monocrático competente, aplicada nova pena, superior à, originariamente, aplicada e anulada;

IV – O prazo para interposição de recurso é contado da efetiva intimação e não da juntada do mandado aos autos;

V – Será conferido efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito, da decisão que concluir pela incompetência do juízo.

A) I e III estão corretas;

B) I e IV estão corretas;

C) II e IV estão corretas;

D) II e V estão corretas;

E) III e V estão corretas.

20. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – Do despacho que denegar a suspensão do processo, para apurar questão prejudicial, cabe recurso em sentido estrito;

II – Nos crimes de imprensa, a prescrição da pretensão punitiva ocorre em dois anos após a data da publicação ou transmissão incriminada, independente do *quantum* fixado em abstrato, interrompendo-se nas hipóteses previstas no Código Penal;

III – Os autos originais de processo penal extraviados, em primeira ou segunda instância, serão restaurados no juízo ou instância em que ocorreu o extravio, devendo, no caso de haver sentença condenatória, continuar esta a produzir efeito, desde que conste da respectiva guia arquivada na cadeia ou na penitenciária, onde o réu estiver cumprindo a pena, ou de registro que torne a sua existência inequívoca;

IV – Em crime de competência do júri, havendo decisão de desclassificação do crime de homicídio simples para lesão corporal seguida de morte, pelo conselho de sentença, deve o Juiz-Presidente declarar-se incompetente para julgar o feito, remetendo, em seguida, os autos para a vara competente;

V – Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

A) I e III estão corretas;

B) I e V estão corretas;

C) II e IV estão corretas;

D) II e V estão corretas;

E) III e IV estão corretas.

21. Sobre o tema competência, julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – Se não for conhecido o lugar da infração e o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, a competência será definida pela natureza da infração;

II – Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito, envolvendo viatura de polícia militar, salvo se autor e vítima forem policiais militares em situação de atividade;

III – É competente o Tribunal de Justiça para julgar exceção da verdade em ação penal que tem como excepto promotor de justiça e excipiente vereador;

IV – Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando, neste caso, a regra processual, na qual, no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, em que for cominada a pena mais grave;

V – Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar os crimes praticados em detrimento de sociedade de economia mista, exceto aquelas em que a União Federal concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual, caso em que será competente a Justiça Federal.

A) V V F V V

B) V F V F F

C) F V F F V

D) V F V V V

E) F V V V F

22. De acordo com o art. 89 da Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena. Sobre o referido instituto, é incorreto afirmar:

A) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um 1 ano;

B) Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se, por analogia, o art. 28 do Código de Processo Penal;

C) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano;

D) Durante o prazo de suspensão condicional do processo, a prescrição ficará interrompida;

E) O magistrado não está adstrito à proposta apresentada pelo Ministério Público e nem às condições estabelecidas na lei, pois poderá especificar outras condições, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

23. Sobre o tema Execução Penal, quantas das assertivas abaixo estão corretas:

- I – Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- II – A mulher e o maior de 60 anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. No caso dos estabelecimentos penais, destinados a mulheres, deverá haver berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos;
- III – A autoridade administrativa não poderá decretar o isolamento preventivo do apenado que cometer falta grave;
- IV – Da decisão que obstar o seguimento do recurso de agravo, proferida pelo juiz da execução penal, caberá correição parcial;
- V – Configura hipótese de saída temporária o falecimento ou doença grave de irmão.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

24. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e do oferecimento da denúncia por crime definido na Lei de Tóxicos (Lei nº 6.368/76), no que tange à materialidade do delito, bastará laudo de constatação da natureza da substância firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea escolhida de preferência entre as que tiverem habilitação técnica. Todavia, quando o laudo de constatação for subscrito por perito oficial, este ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo;
- II – Não é admissível a remição para os condenados que cumprem a pena em regime aberto;
- III – No caso de interceptação telefônica, realizada na forma da Lei nº 9.296/96, a gravação, que não interessar à prova, será inutilizada por decisão judicial, logo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada;
- IV – É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções;
- V – Cabe ao juiz interrogar o acusado, sendo vedada ao defensor e ao Ministério Público qualquer intervenção no referido ato processual.

- A) I e III estão corretas;
- B) I e IV estão corretas;
- C) II e IV estão corretas;
- D) II e V estão corretas;
- E) III e V estão corretas.

---

## DIREITO CIVIL

---

25. Giovanna e Luiggi contraíram casamento na Itália, em 1962, sob o regime da separação de bens. Vieram para o Brasil e, aqui, após alguns anos, formaram patrimônio, adquirido em nome apenas do marido. Ele obteve, em 11 de novembro de 1972, a nacionalidade brasileira, e ela, igualmente, a obteve em 20 de março de 1975, mas não cuidaram de pleitear a adoção do regime legal de bens, consoante permite a Lei de Introdução ao Código Civil, ao tempo de ambas as naturalizações. Em face da situação apresentada, à luz da Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) Para obter a adoção do regime da comunhão parcial de bens, é necessário o casal contrair matrimônio perante autoridade civil brasileira;
- B) É possível, ainda, ao casal pleitear seja apostilada aos decretos de naturalizações a adoção do regime da comunhão parcial de bens;
  - C) É válido o casamento que eles contraíram no país de origem, como também o regime da separação de bens;
  - D) É possível ao casal, ainda, pleitear seja apostilada aos decretos de naturalizações a adoção do regime da comunhão universal de bens;
- E) O casamento de estrangeiros, para ter validade perante as leis brasileiras, necessita ser averbado no Registro Civil.

26. Julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, revoga a lei anterior;
- II – A lei revogadora de outra lei revogadora não terá efeito repristinatório sobre a velha norma abolida, a não ser que haja pronunciamento expresso da lei a esse respeito;
- III – As regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome e a capacidade são determinadas pela lei do país de nascimento da pessoa;
- IV – O novo Código Civil – Lei nº 10.406/2002, derogou o antigo Código Civil – Lei nº 3.071/1916, e abrogou o Código Comercial – Lei nº 556/1850;
- V – A Lei de Introdução ao Código Civil tem aplicação fora do âmbito da legislação civil, pois contém normas de sobredireito ou de apoio que disciplinam a atuação da ordem jurídica.

- A) V F V V F
- B) V F F V V
- C) F V F V V
- D) V V V F F
- E) F V F F V

27. Importantes inovações foram introduzidas no novo Código Civil, destacando-se da parte geral, pela relevância, a maioria civil, os direitos da personalidade, nestes incluídos o direito à integridade do próprio corpo, ao nome, à privacidade, à imagem, entre outros. Em vista dos preceitos normativos contidos na citada parte geral, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – A personalidade inicia-se no momento do nascimento, que, em qualquer caso, torna possível a aquisição e perda de direitos subjetivos pelo indivíduo, ressaltando a nossa lei, também, os direitos do nascituro;

II – Os direitos da personalidade não podem ser transferidos à esfera jurídica de outrem, nem ultrapassar a esfera de seu titular, com exceção dos casos previstos em lei;

III – É permitida a doação em vida de órgãos ou tecidos do próprio corpo, para fins terapêuticos e de transplante, quando não venha a diminuir permanentemente a integridade física do doador;

IV – Em qualquer caso, o Código Civil oferece tutela jurídica ao pseudônimo adotado contra atentados de terceiros, por gozar da mesma proteção que se dá ao nome;

V – Na tutela ao direito à imagem do morto ou do ausente, na qualidade de lesados indiretos, são partes legítimas para requerer reparação: o cônjuge, os ascendentes, os descendentes ou os colaterais até o quarto grau.

A) I e II estão corretas;

B) III e IV estão corretas;

C) IV e V estão corretas;

D) II e III estão corretas;

E) I e V estão corretas.

28. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – Constitui incumbência do Ministério Público fiscalizar as fundações do respectivo Estado, onde se achem situadas, mesmo que instituídas em outro;

II – Ao Ministério Público, na função de velar pelas fundações, compete examinar e aprovar os seus estatutos, bem como exercer a fiscalização efetiva e constante sobre os atos praticados pelos seus administradores;

III – Se o estatuto da fundação não for elaborado dentro do prazo imposto pelo instituidor ou, não havendo prazo, em 180 dias, caberá ao órgão fiscalizador das fundações sua elaboração;

IV – Em caso de alteração estatutária, impõe a lei seja a reforma deliberada pela maioria absoluta daqueles que detêm o poder de gestão e representação da entidade, devendo tal reforma ser submetida à aprovação do Ministério Público;

V – Somente o Ministério Público promoverá a extinção da fundação, em caso de ilicitude de seu funcionamento, de impossibilidade ou inutilidade de sua finalidade, bem como pela decorrência do prazo de sua duração.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) II, III e IV estão corretas;
- C) I, IV e V estão corretas;
- D) I, III e V estão corretas;
- E) II, IV e V estão corretas.

29. Quanto ao divórcio, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – O vínculo conjugal válido se extingue pela morte real ou presumida de um dos cônjuges, como, também, pelo divórcio, cuja sentença que o decreta possui eficácia *ex nunc*;
- II – Segundo o sistema jurídico vigente, no divórcio direto, mostra-se dispensável a prévia partilha dos bens do casal. A exigência da partilha restringe-se ao divórcio por conversão;
- III – Em se tratando de divórcio direto consensual, o juiz apenas não homologará o pedido, caso não estejam preservados suficientemente os interesses dos filhos;
- IV – No divórcio direto, o bem adquirido, após a separação de fato por um só dos cônjuges, não se comunica ao outro, ainda que se trate de casamento sob o regime da comunhão universal;
- V – O não exercício, pelo pai, do direito de visitas, convencionado na separação judicial, impede a transformação da separação em divórcio.

- A) I e III estão corretas;
- B) I e IV estão corretas;
- C) IV e V estão corretas;
- D) II e III estão corretas;
- E) II e V estão corretas.

30. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – A habilitação, para casamento civil, será feita perante o oficial do Registro Civil e, após audiência do Ministério Público, será homologada pelo juiz;
- II – O casamento nupucativo poderá ser celebrado na presença de 6 testemunhas, que, com os nubentes, não tenham parentesco em linha reta, ou, na colateral, até segundo grau, devendo tais testemunhas comparecer perante a autoridade judicial mais próxima, dentro de 10 dias, para prestarem as devidas declarações;
- III – O casamento de brasileiro, celebrado no estrangeiro, deverá ser registrado em cento e oitenta dias, a contar da volta de um ou ambos os cônjuges ao Brasil, no cartório do respectivo domicílio ou, em sua falta, no 1º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir;
- IV – No procedimento de averiguação oficiosa da paternidade, previsto na Lei nº 8.560/92, se o suposto pai não atender à notificação judicial do Ministério Público ou negar a paternidade, o juiz remeterá os autos ao promotor de justiça, que deverá intentar a ação de investigação de paternidade;

V – Os pedidos de retificações, restaurações e suprimentos de registro civil somente serão processados perante o oficial do Registro Civil, na jurisdição em que se encontre assentado o nascimento ou casamento do interessado, sempre ouvido o órgão do Ministério Público.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) II, III e IV estão corretas;
- C) I, IV e V estão corretas;
- D) II, III e V estão corretas;
- E) I, II e V estão corretas.

31. Consiste o poder familiar num conjunto de direitos e obrigações, exercido em igualdade de condições por ambos os pais, quanto à pessoa e bens dos filhos menores. No entanto, perderá o pai ou a mãe, por ato judicial, o poder familiar, exceto quando:

- A) Castigar imoderadamente o filho;
- B) Deixar o filho em abandono, tanto no aspecto moral, quanto material;
- C) Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
- D) Incidir, reiteradamente, na dilapidação do patrimônio do filho;
- E) Houver condenação definitiva, por crime, cuja pena exceda a dois anos de prisão.

32. Em matéria de usucapião, julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – Na usucapião especial urbana, o tempo de permanência ininterrupta e sem oposição na área é de 5 anos, para que possa o ocupante requerer que o juiz o declare titular do domínio;

II – Desde que não seja proprietário de imóvel rural, aquele que possua como sua, por 5 anos ininterruptos e sem oposição, área de terra em zona rural inferior a 50 hectares, nela morando e tornando-a produtiva, poderá adquirir-lhe a propriedade;

III – O Código Civil prevê que, após 2 anos da sua entrada em vigor, a aquisição da propriedade por aquele que passar a possuir, por 10 anos, como seu um imóvel, independe de título e de boa fé, se nele houver estabelecido sua moradia habitual ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo;

IV – Em todas as espécies de usucapião, o possuidor pode somar à sua posse a do seu antecessor, bastando sejam contínuas e pacíficas, de modo a formar período suficiente a usucapir;

V – Para a obtenção da usucapião, o título anulável não constitui óbice, porquanto sendo eficaz e capaz de produzir efeitos, válido será enquanto não for decretada a sua anulação.

- A) V F V F V
- B) V F F V V
- C) F V F V V
- D) V V V F F
- E) F V F F V



33. Acerca do direito sucessório, assinale a alternativa incorreta:

- A) O princípio da *saisine*, adotado pelo Código Civil, significa a transmissão da propriedade e da posse da herança aos herdeiros legítimos e testamentários no instante da morte do *de cujus*;
- B) A inserção, no mundo sucessório para o(a) companheiro(a), se dará quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições estabelecidas na legislação civil;
- C) No regime da comunhão parcial de bens, o cônjuge sobrevivente concorre, como herdeiro necessário, com os descendentes, quando o autor da herança houver deixado bens particulares;
- D) Concorrendo com ambos os genitores do *de cujus*, ao cônjuge sobrevivente tocará metade da herança. Caber-lhe-á 1/3 desta se concorrer com ascendentes de grau maior;
- E) Podem os credores prejudicados, com autorização do juiz, aceitar a herança em nome do herdeiro renunciante, bastando a demonstração de que já eram credores anteriormente ao repúdio.

34. Referente à curatela, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – Recai a curatela sobre aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil;
- II – Recai a curatela sobre as pessoas em estado de coma e traumatismos que levem a um estado de inconsciência duradoura, impossibilitando-as de exprimirem a sua vontade;
- III – O incapaz, sob curatela, pode contrair matrimônio, porém necessita do consentimento do curador;
- IV – O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito, não estando obrigado à prestação de contas, salvo por determinação judicial;
- V – O Ministério Público tem legitimidade para requerer a interdição em todas as situações previstas na lei.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) I, III e IV estão corretas;
- C) I, IV e V estão corretas;
- D) II, III e IV estão corretas;
- E) I, II e V estão corretas.

35. Sobre o concubinato, julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato;

II – A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge ou por seus herdeiros necessários, até 2 anos depois de dissolvida a sociedade conjugal;

III – É válida a instituição do companheiro como beneficiário se, ao tempo do contrato, o segurado era separado judicialmente ou já se encontrava separado de fato;

IV – Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido, quanto a mulher podem, livremente, reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de 5 anos;

V – Não pode ser nomeado herdeiro nem legatário o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge, há mais de 5 anos.

A) F V F V V

B) V F V V V

C) V F V F F

D) V V V V V

E) V V V V F

36. Luce Landier submeteu-se a uma operação plástica com a finalidade de suspender as pálpebras superiores e eliminar rugas ao redor dos olhos e na face. A cirurgia foi mal sucedida, comprovando o laudo pericial ter ocorrido erro médico, causando o fenômeno da oclusão palpebral involuntária total no olho direito, seqüela praticamente irreversível, que deixou a paciente desfigurada, além de não eliminar as rugas. No que diz respeito ao ressarcimento de danos da cirurgia plástica de correção de defeito físico e embelezamento, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – Aplica-se a teoria subjetiva diante do comportamento culposo do médico na produção do evento danoso;

II – A cirurgia plástica estética gera, para o médico, uma obrigação de resultado, salvo prova de intervenção de fator imprevisível, força maior ou caso fortuito;

III – No campo da cirurgia plástica estética, ao contrário do que ocorre na cirurgia terapêutica, a obrigação assumida pelo cirurgião é de meio;

IV – O ocorrido foi verdadeira fatalidade, inexistindo nexos de causalidade entre a conduta médica e os danos sofridos;

V – A obrigação de exigir reparação e de prestá-la transmite-se por sucessão *causa mortis*.

A) I e V estão corretas;

B) I e IV estão corretas;

C) II e III estão corretas;

D) II e V estão corretas;

E) III e IV estão corretas.

---

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

---

37. Sobre o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, é correto afirmar:

- A) Pode a lei infraconstitucional condicionar o acesso ao Poder Judiciário ao prévio esgotamento das vias administrativas, exceto no tocante às questões desportivas;
- B) A Carta Constitucional de 1988, através da proteção à ameaça, ampliou a garantia, reforçando a tutela preventiva, a tutela contra o perigo e as tutelas de urgência de natureza antecipatória ou cautelar;
- C) A garantia constitucional confere especial ênfase à tutela reparatória, em detrimento da tutela inibitória, ainda que não faça distinção entre a proteção de direitos individuais, difusos ou coletivos;
- D) É vedado ao particular, em caso de direito patrimonial disponível, entregar a responsabilidade de solucionar eventual conflito de interesses a um árbitro não integrante da estrutura do Poder Judiciário;
- E) Trata-se de princípio de alcance estritamente processual, consistindo na exigência de que o julgamento seja proferido pelo juiz que concluiu a audiência de instrução.

38. Foi ajuizada uma ação de manutenção de posse relativa a um imóvel, em que foi escolhido, como foro competente, o domicílio do réu, diverso do local da situação da coisa. Após a fase postulatória e instrutória, nada foi argüido acerca da matéria competencial. Os autos, diante do indiscutível interesse público decorrente da natureza da lide, vieram com vista ao Ministério Público, que atuará corretamente se:

- A) Não suscitar eventual incompetência do juízo, tendo em vista o fenômeno da preclusão consumativa;
- B) Opuser exceção de incompetência relativa, já que é inadequado tratar a questão como matéria preliminar em seu parecer;
- C) Aguardar manifestação dos litigantes, pois a incompetência concerne ao interesse das partes e não ao interesse público;
- D) Suscitar, em seu parecer, como matéria preliminar, a incompetência absoluta do juízo;
- E) Não suscitar eventual incompetência, pois o foro foi escolhido em absoluta consonância com as regras do Código de Processo Civil.

39. A ação de usucapião, por seus próprios contornos processuais, encerra sempre hipótese de litisconsórcio:

- A) Passivo, necessário e simples;
- B) Passivo, necessário e unitário;
- C) Passivo, facultativo e simples;
- D) Ativo, necessário e unitário;
- E) Ativo, facultativo e unitário.

40. Sobre a intervenção do Ministério Público no processo civil, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – É obrigatória a intervenção ministerial, na qualidade de fiscal da lei, sempre que, em qualquer dos pólos da relação processual, estiver presente uma pessoa portadora de deficiência ou um idoso;
- II – Pode o Ministério Público, sempre que entender presente o interesse público, ajuizar ações individuais ou coletivas;
- III – O Ministério Público tem prazo diferenciado (dobro) para apresentar contra-razões;
- IV – Em razão da independência funcional, pode o órgão ministerial recorrer, enquanto fiscal da lei, ainda que pretenda fazer valer solução diversa da expressada na sentença e no próprio parecer ministerial;
- V – O Ministério Público tem legitimidade para recorrer apenas nos processos em que atue como parte ou como terceiro prejudicado.

- A) I e IV estão corretas;
- B) III, IV e V estão corretas;
- C) I, II e III estão corretas;
- D) Apenas a IV está correta;
- E) Apenas a I está correta.

41. Assinale a alternativa incorreta:

- A) Tem o executado, em homenagem ao princípio da ampla defesa, legitimidade para opor objeção de pré-executividade, ainda que a execução tenha sido promovida pelo Ministério Público;
- B) O Ministério Público pode impetrar mandado de segurança, nos casos em que tenha legitimidade, ainda que controvertida a matéria de direito;
- C) A falta de intimação do Ministério Público (parte) para apresentar contra-razões, até porque afronta o princípio do contraditório e da ampla defesa, constitui *error in procedendo*;
- D) O Ministério Público pode postular nos procedimentos de jurisdição voluntária, no sentido de que o juiz não se atenha a critério de legalidade estrita;
- E) A falta de intimação do promotor de justiça nas causas de intervenção obrigatória do Ministério Público, enseja nulidade expressamente cominada, não admitindo convalidação.

42. Assinale a alternativa correta:

- A) É lícito ao Ministério Público, deduzir pedido genérico nas ações coletivas para defesa de direitos individuais homogêneos indisponíveis;
- B) Falece interesse recursal ao Ministério Público, quando em ação por ele intentada, onde foram formulados dois pedidos em cumulação eventual, o juiz acolhe, na sentença, apenas o pedido subsidiário;

- C) Nas ações em que o Ministério Público deva intervir como fiscal da lei, é obrigatória a realização da audiência preliminar, ainda que o direito em litígio não admita transação;
- D) Com o fito de instruir ação de investigação de paternidade, pode o Ministério Público formular pedido judicial de interceptação telefônica;
- E) O Ministério Público, tanto quando atua como parte, como nos feitos em que se manifesta como fiscal da lei, pode prestar depoimento pessoal.

43. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – Quando atua como parte, ainda que não seja o recorrente, o Ministério Público deve anuir com a desistência do recurso, sob pena de nulidade;
- II – O Ministério Público, no ato da interposição de agravo retido, deverá comprovar o respectivo preparo, inclusive, porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção;
- III – O Tribunal, quando do julgamento de apelação em ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos indisponíveis ajuizada pelo Ministério Público, em que a inicial, tão logo aforada, foi indeferida por ilegitimidade de parte, deve ingressar no exame de mérito, caso afaste a causa de extinção do processo;
- IV – As decisões, que concedem ou negam tutelas provisórias de urgência no curso do processo, se submetem a agravo de instrumento e não a agravo retido;
- V – Deve o Ministério Público, nas ações por ele ajuizadas, postular, no momento próprio, que o juiz ou Tribunal se manifeste sobre questão constitucional ou federal relevante e sujeita à preclusão, pois, só assim, sob o ângulo do prequestionamento, poderá ser conhecido eventual recurso especial ou extraordinário.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) II, III e V estão corretas;
- C) I, III e V estão corretas;
- D) III e IV estão corretas;
- E) IV e V estão corretas.

44. Com o advento das Leis nºs 10.352/2001, 10.358/2001 e 10.444/2002, foi ratificado o compromisso com a efetividade do processo. Diante disso, para fins de cumprimento dos provimentos mandamentais, a sistemática atual autoriza o juiz, de ofício, desde que presentes os requisitos legais, a:

- A) Impor multa por tempo de atraso, antecipadamente ou na sentença, além de outras medidas necessárias, nas ações que tenham por objeto obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa;
- B) Impor multa fixa, em caso de ato atentatório ao exercício da jurisdição, não superior a 20% do valor da causa, que, em não sendo paga, será exigida a contar da data do descumprimento do provimento mandamental não definitivo;

- C) Impor multa por litigância de má-fé, não excedente a 1% do valor da causa, a ser revertida em favor do Estado, não podendo ser cumulada com outras cominações previstas em lei;
- D) Determinar a condenação da parte ou do terceiro que descumpriu a ordem judicial na obrigação de ressarcir perdas e danos;
- E) As alternativas “a” e “b” estão corretas.

45. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – Em caso de cumulação eventual de pedidos, se o réu, juridicamente, reconhecer parte do pedido principal, fica o autor autorizado a requerer e o juiz a conceder a tutela antecipada;
- II – O juiz deverá, para fins de concessão de medida cautelar *inaudita altera parte*, condicionar a efetivação da medida à prévia prestação de caução real ou fidejussória de ressarcir eventuais danos;
- III – Se o autor, a título de antecipação de tutela, formular pedido de natureza cautelar, o juiz não poderá examinar o pedido, em razão da inadequação do meio utilizado;
- IV – É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações cautelares, independentemente do seu conteúdo, em virtude da presença do interesse público decorrente da natureza da tutela de urgência;
- V – Não está sujeita a efeito suspensivo a apelação interposta da sentença que decidir o processo cautelar ou confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

- A) I e III estão corretas;
- B) III e IV estão corretas;
- C) I e V estão corretas;
- D) II e V estão corretas;
- E) II e IV estão corretas.

46. É tutela preventiva do ilícito, de natureza mandamental, efetivada mediante execução indireta, que prescinde da comprovação de dano, dolo ou culpa e exige apenas prova da simples ameaça do ato ilícito. Pode possuir natureza individual ou coletiva. A referência é a que modalidade de tutela:

- A) Reintegratória;
- B) Preventivo-executiva;
- C) Inibitória;
- D) Do adimplemento contratual na forma específica;
- E) Ressarcitória na forma específica.

47. Relativamente à desapropriação, é incorreto afirmar:

- A) São sujeitos ativos da ação de desapropriação a União, os Estados e os Municípios, como, também, mediante autorização expressa, constante exclusivamente de lei, os concessionários dos serviços públicos;
- B) Objeto da desapropriação, em tese, são todos os bens imóveis e os móveis, corpóreos e incorpóreos;
- C) A contestação, na ação de desapropriação, poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço;
- D) A lei restringe o âmbito da causa de pedir no processo expropriatório. Ela veda ao Poder Judiciário examinar e decidir se os casos de utilidade pública se verificam ou não;
- E) A imissão provisória na posse é permitida antes da citação do réu, desde que se declare a urgência e se efetue em juízo o depósito prévio;

48. No tocante à ação monitória, são corretas as seguintes afirmativas, exceto:

- A) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel;
- B) Citado na ação monitória, o réu poderá cumprir a ordem de pagamento ou entregar a coisa, bem como, caso não atenda à ordem judicial, opor ou não embargos ao mandado monitório;
- C) A ação monitória pode ser utilizada, pelo Ministério Público, como instrumento hábil para obter a entrega de coisa fungível, resultante de descumprimento de termo de ajustamento de conduta;
- D) Se não houver manifestação do réu a respeito do mandado de pagamento expedido, o juiz converterá o mandado inicial em executivo;
- E) Os embargos opostos ao mandado de pagamento ou de entrega da coisa serão processados nos próprios autos da ação monitória e não em autos apartados.

---

## DIREITO CONSTITUCIONAL

---

49. A Constituição Federal de 1988 insculpiu o Ministério Público como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Destacada essa noção constitucional acerca do *Parquet*, julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade funcional e a independência;
- II – Na competência reconhecida ao Ministério Público pela Constituição Federal, para propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e serviços auxiliares, compreende-se a de propor a fixação dos respectivos subsídios, bem como a sua revisão;

III – A inamovibilidade absoluta dos seus membros é garantia constitucional do Ministério Público;

IV – Dentre suas atribuições, o Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo, em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte;

V – A Constituição Federal veda ao membro do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.

A) V F V F V

B) V V F F V

C) F F V V F

D) V V V F F

E) F V F V F

50. A inviolabilidade de domicílio, prevista na *novel* Constituição Federal, condiciona-se ao princípio da reserva de jurisdição. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal vem propalando que a essencialidade da ordem judicial, para efeito de realização das medidas de busca e apreensão domiciliar, nada mais representa, dentro do novo contexto normativo emergente da Carta Política de 1988, senão a plena concretização da garantia constitucional pertinente à inviolabilidade do domicílio. Diante dessa assertiva, tomando-se como paradigma de local um consultório profissional de cirurgião-dentista, quantas das assertivas abaixo estão corretas:

I – A imprescindibilidade da exibição de mandado judicial revelar-se-á providência inafastável, sempre que houver necessidade, durante o período diurno, de proceder-se, no interior do consultório odontológico, a qualquer tipo de perícia ou a apreensão de quaisquer objetos que possam interessar ao poder público, para fins de instrução no curso de ação penal;

II – Nenhum agente público pode ingressar no recinto de consultório odontológico, reservado ao exercício da atividade profissional de cirurgião-dentista, sem consentimento deste, exceto em situações determinadas, como, por exemplo, em caso de desastre;

III – Para os fins da proteção constitucional da inviolabilidade do domicílio, o conceito normativo de “casa” revela-se abrangente e, por estender-se a qualquer compartimento privado, onde alguém exerce profissão ou atividade, compreende os consultórios profissionais dos cirurgiões-dentistas;

IV – O consultório profissional de cirurgião-dentista, por ser espaço privado não destinado à moradia, não está sujeito à proteção constitucional da inviolabilidade domiciliar, prescindindo, pois, de mandado judicial para efeito de ingresso dos agentes públicos em investigação criminal;

V – Sob o prisma constitucional, há ilegalidade em diligência efetuada por policiais que ingressam em consultório de cirurgião-dentista, pela madrugada, em virtude de flagrante delito.

A) 1



- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

51. A Constituição Federal determina que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional. Acerca das medidas provisórias, é correto afirmar que:

- A) Poderão ser editadas sobre matéria relativa a partidos políticos e direito eleitoral;
- B) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito ambiental;
- C) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado da República;
- D) A vedação constitucional atual, em matéria de direito penal, é absoluta, não se permitindo, tampouco, a edição de medidas provisórias sobre matéria penal benéfica;
- E) Pode ser reeditada, na mesma sessão legislativa em que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

52. Pode-se afirmar que a nacionalidade é o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo-o um componente do povo, da dimensão pessoal deste Estado, capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos. Deste modo, quantas das assertivas abaixo estão corretas:

- I – As hipóteses da radicação precoce e conclusão do curso superior, como formas de aquisição da nacionalidade secundária, deixaram de constar no atual texto constitucional, em virtude da desnecessidade de especificar hipóteses casuísticas, que devem ficar a cargo do legislador ordinário;
- II – A Constituição Federal prevê exaustiva e taxativamente as hipóteses de aquisição da nacionalidade originária, adotando como regra exclusiva o *jus soli*;
- III – A Constituição Federal prevê somente dois requisitos, para que os originários de países de língua portuguesa adquiram a nacionalidade brasileira, quais sejam: residência no Brasil por 5 anos ininterruptos e idoneidade moral;
- IV – Dentre outros, é privativo de brasileiro nato o cargo de Senador da República;
- V – Em hipótese única, a Constituição Federal dispõe que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

53. Pode-se dizer que controlar a constitucionalidade significa verificar a adequação de uma lei ou ato normativo com a Constituição, aferindo seus requisitos formais e materiais. Assim, quantas das assertivas abaixo estão corretas:

I – A cláusula de reserva de plenário, prevista no texto constitucional, não veda a possibilidade de o juiz monocrático declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, mas sim determina uma regra especial aos tribunais para garantia de maior segurança jurídica;

II – Declarada *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal, desfaz-se, com efeitos *ex tunc* e *erga omnes*, o ato declarado inconstitucional;

III – O controle concentrado de lei ou ato normativo municipal, em face da Constituição Federal, pode ser feito em ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal ou perante o Tribunal de Justiça local;

IV – Em relação às leis ou atos normativos municipais ou estaduais contrários às Constituições Estaduais, compete ao Tribunal de Justiça local processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade;

V – As chamadas cláusulas pétreas não podem ser invocadas para sustentação da tese da inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias, em face de normas ou princípios constitucionais, porquanto a Constituição as prevê apenas como limites ao Poder Constituinte derivado reformador, não englobando a própria produção originária.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

54. A intervenção é medida excepcional de supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo, fundada em hipóteses taxativamente previstas na Constituição Federal de 1988. Deste modo, é correto afirmar, exceto:

- A) A Carta Magna assegurou, como regra, a intervenção do ente político mais amplo no ente político imediatamente menos amplo;
- B) Somente os Estados-membros poderão intervir nos Municípios, salvo naqueles existentes nos territórios federais, quando, então, a própria União quem concretizará a hipótese interventiva;
- C) Nos casos de intervenções espontâneas, em que o Presidente da República verifica a ocorrência de determinadas hipóteses constitucionais permissivas da intervenção federal, a Constituição Federal não discriminou os meios e as providências possíveis de serem tomadas pelo Presidente da República, por meio do decreto interventivo, entendendo-se, porém, que esses deverão adequar-se aos critérios da necessidade e proporcionalidade à lesão institucional;
- D) Para fins de decretação de intervenção do Estado no Município, é absolutamente irrelevante o fato de já ter sido declarada a intervenção desse mesmo Município em outro processo, por diverso motivo;

E) A violação da autonomia municipal é hipótese, cuja decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador Geral da República.

55. A Constituição Federal de 1988 elencou, em seu art. 5<sup>o</sup>, direitos e deveres individuais e coletivos, ao tratar dos direitos e garantias fundamentais. Julgue, pois, as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização;
- II – Será admitida ação penal de iniciativa privada nos crimes de ação pública, quando houver pedido de arquivamento por parte do Ministério Público;
- III – É livre a locomoção no território nacional, em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- IV – O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal;
- V – Nenhum brasileiro será extraditado, salvo em caso de crime comum ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

- A) V V F F V
- B) F V F V F
- C) V F V V F
- D) F F F F F
- E) V V F V V

56. Sobre o processo legislativo, é correto afirmar, exceto:

- A) A emenda à Constituição Federal, enquanto proposta, é considerada um ato infraconstitucional sem qualquer normatividade, só ingressando no ordenamento jurídico após sua aprovação, passando, então, a ser preceito constitucional, de mesma hierarquia das normas constitucionais originárias;
- B) Dentre as espécies normativas primárias, ou seja, aquelas que retiram seu fundamento de validade diretamente da Constituição Federal, encontra-se o decreto regulamentador expedido pelo chefe do Poder Executivo;
- C) É de iniciativa privativa do Presidente da República a lei que disponha sobre matéria tributária e orçamentária;
- D) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
- E) As limitações circunstanciais que pretendem evitar modificações na Constituição Federal, em certas ocasiões, não se confundem com as chamadas limitações temporais,

estas não consagradas pela atual Carta Magna e consistentes na vedação, por determinado lapso temporal, de alterabilidade das normas constitucionais.

57. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, conforme dispõe a Constituição Federal:

- A) Originariamente, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;
- B) Em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única ou última instância pelos Tribunais dos Estados, quando a decisão for denegatória;
- C) Originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no país;
- D) As revisões criminais e as ações rescisórias dos julgados do Superior Tribunal de Justiça;
- E) Em recurso ordinário, o crime político.

58. É correto afirmar, conforme dispõe a Constituição Federal, exceto:

- A) A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro constitui monopólio da União;
- B) Em relação à política urbana, o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para todos os Municípios, constituindo instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;
- C) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião;
- D) O meio ambiente, ecologicamente equilibrado, é bem de uso comum do povo;
- E) Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

59. Dispõe a Constituição Federal que a ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta:

- A) Pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- B) Pela Mesa de Assembléia Legislativa;
- C) Pelo Governador de Estado;
- D) Pela Mesa da Câmara dos Deputados;
- E) Por Partido Político com representação no Congresso Nacional.

60. É correto afirmar que são de eficácia plena e de aplicabilidade imediata as normas constitucionais:

- A) Que dependem de lei integrativa e que confirmam imunidades, isenções e prerrogativas;
- B) Vedativas e de princípios institutivos;
- C) Que conferem prerrogativas e aquelas que dependem de lei integrativa;

- D) Programáticas e as de princípios institutivos;
- E) Vedativas e as que confirmam imunidades, isenções e prerrogativas.

---

## DIREITO ADMINISTRATIVO

---

61. Em relação ao uso de bens públicos, é incorreto afirmar:

- A) A autorização de uso é ato administrativo discricionário, unilateral e precário, porém, se concedida com prazo certo, confere ao ato certo grau de estabilidade, gerando para o particular o direito de ser indenizado, caso a Administração tenha que revogá-la antes de seu termo;
- B) A autorização de uso para fins urbanísticos, regulada pela Medida Provisória nº 2.220/01, pode ser concedida a quem, preenchidos os demais requisitos legais, possua imóvel público por mais de 5 anos, utilizando-o para fins comerciais;
- C) A permissão de uso é ato administrativo discricionário, unilateral e precário, e será, necessariamente, precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- D) A concessão de uso de bens públicos é contrato administrativo e vincula o concessionário ao uso do bem para fins de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outro fim social;
- E) A concessão de uso especial, de que trata a Medida Provisória nº 2.220/01, pode ser deferida a quem, preenchidos os demais requisitos legais, ocupe um bem de uso comum do povo por mais de 5 anos e nele deseje fixar sua moradia.

62. Ato administrativo, segundo a clássica lição de Hely Lopes Meireles, é “toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria” (*in* Direito Administrativo Brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 147). Sobre o tema, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I – São nulos os atos administrativos lesivos ao patrimônio público nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência de motivos e desvio de finalidade;
- II – Segundo o que dispõe a Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no plano federal, o direito de a Administração anular os atos administrativos, de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, exceto nas hipóteses de comprovada má-fé do beneficiário;
- III – São efeitos da característica de presunção de legitimidade dos atos administrativos a sua auto- executoriedade e a inversão do ônus da prova;
- IV – Com base no princípio da autotutela dos atos administrativos, a Administração Pública pode *ex officio*, sem precisar que alguém a provoque, revogar os atos ilegais, assim considerados;

V – A revogação dos atos administrativos tem efeito *ex nunc* e atinge tanto os atos vinculados quanto discricionários, em razão do princípio da autotutela da Administração Pública.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) I, II, IV e V estão corretas;
- C) II, III, IV e V estão corretas;
- D) I, III, IV e V estão corretas;
- E) I, II, III, IV e V estão corretas.

63. A respeito do processo administrativo, é correto afirmar:

- A) A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no plano federal, estabelece que os processos, por ela regidos, tramitarão, no máximo, em duas instâncias, salvo disposição legal expressa em sentido contrário;
- B) A aplicação de uma sanção disciplinar, flagrantemente desproporcional com a falta administrativa praticada, pode ser anulada por ferir o devido processo legal em seu aspecto substantivo;
- C) Somente a instauração de sindicância não interrompe a prescrição da ação disciplinar da Administração Pública;
- D) Em eventual recurso administrativo, não é possível, na instância superior, a produção de novas provas, o reexame de matéria de fato, bem como a arguição de matéria não deduzida na instância de origem;
- E) No processo disciplinar instaurado contra membro do Ministério Público do Rio Grande do Norte, estabelecido na Lei Complementar nº 141/96 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte), serão primeiramente produzidas todas as provas, inclusive, testemunhal. Em seguida, será interrogado o acusado, logo após o qual terá um prazo de 5 dias para produzir sua defesa.

64. Assinale a resposta correta a respeito do controle da Administração Pública:

- A) O controle administrativo é realizado na Administração Indireta, na forma hierárquica, também denominado de autotutela, de modo amplo e ilimitado, e na forma finalística, também chamado de tutela, restrito e limitado aos fins estabelecidos em lei;
- B) A prescrição, em favor da Fazenda Pública, recomeça a correr por 2 anos e meio, a partir do ato interruptivo, podendo ser reduzida aquém de 5 anos se o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo;
- C) Os recursos administrativos, em regra, têm efeito devolutivo e suspensivo;
- D) Os Tribunais de Contas podem exercer o controle externo da Administração Pública, tanto no aspecto da legalidade como na legitimidade de seus atos, tal como não atender a ordem de prioridade estabelecida no Plano Plurianual;
- E) A prescrição das ações reais contra a Fazenda Pública ocorre em 5 anos.

65. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – A desapropriação indireta pode ser impugnada pelo proprietário do bem por intermédio da competente ação possessória ou ação de perdas e danos, se antes ou depois, respectivamente, de sua consumação;

II – A limitação administrativa difere da servidão administrativa, em razão de esta última surgir do poder de soberania do Estado, além de ser imposta em proveito de determinado bem, diferentemente da primeira, por ser medida de caráter genérico e abstrato e decorrente do poder de polícia do Estado;

III – O tombamento é ato administrativo discricionário, compulsório e definitivo;

IV – Uma das diferenças entre a requisição administrativa e a servidão administrativa é que, nesta última, a indenização, se cabível, é prévia ao ato praticado, ao contrário da primeira, que é *a posteriori*;

V – A desapropriação de imóvel rural é da competência exclusiva da União.

A) I, II e III estão corretas;

B) III, IV e V estão corretas;

C) I, II e IV estão corretas;

D) I, IV e V estão corretas;

E) II, III e V estão corretas.

66. Assinale a alternativa incorreta:

A) A Organização Social (OS) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode receber do Poder Público, através de contrato de gestão, verbas e bens públicos, com dispensa de licitação, bem como a cessão de servidores para o cumprimento de suas metas;

B) A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é pessoa jurídica de direito privado e firma seu compromisso com a Administração Pública, através de um termo de parceria, sem ingerência de agentes do Poder Público em seus Conselhos de Administração;

C) As Agências Reguladoras são autarquias especiais que possuem regramento próprio, segundo as respectivas leis instituidoras. No plano federal, seus diretores são escolhidos pelo Presidente da República e cumprem mandato fixo, não podendo ser exonerados *ad nutum*;

D) As Agências Executivas são pessoas jurídicas de direito público e podem ser oriundas de Fundações Públicas. Uma de suas prerrogativas é ter o valor do teto para dispensa de licitação de pequeno valor duplicado em relação aos órgãos da Administração Direta;

E) As autarquias, depois de autorização expressa da lei, podem ser criadas por ato do Poder Público.

67. Assinale a resposta correta, a respeito dos servidores públicos:

A) A recondução é o retorno de servidor estável ao cargo anteriormente ocupado ou ao resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com a reconstituição da respectiva carreira e o ressarcimento de todas as vantagens;

B) É vedada a acumulação de proventos de aposentadoria de um cargo de policial militar com os vencimentos do cargo de promotor de justiça, assumido por um candidato recém-aprovado em concurso público no ano de 2004;

C) Aos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos comissionados da Administração Direta aplicam-se as mesmas regras do Regime Geral da Previdência Pública;

D) As funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores de carreira;

E) Ainda que abaixo do teto remuneratório e havendo compatibilidade de horários, é vedada a acumulação de proventos de aposentadoria de um cargo de professor e vencimentos de cargo efetivo de médico com um cargo comissionado de Secretário de Educação do Município.

68. Assinale a alternativa incorreta:

A) A partir da Emenda Constitucional nº 19/98, que revogou a obrigatoriedade do regime jurídico único, é possível a coexistência de dois regimes – estatutário e celetista – em um mesmo órgão da Administração Pública Federal. Nada obstante, é vedado ao servidor público, a ela vinculado, optar em permanecer no regime estatutário ou transferir-se para o regime celetista;

B) É facultado à Administração Pública transformar os empregos públicos exercidos por agentes que ingressaram há mais de 5 anos antes da promulgação da Constituição Federal, sem concurso público, em cargos públicos efetivos;

C) Absolvido por decisão trânsito em julgado na esfera criminal por absoluta insuficiência de provas, é possível a punição do servidor pelo mesmo fato na esfera administrativa;

D) Extinto seu cargo ou declarado desnecessário, o servidor estável entrará em disponibilidade com proventos proporcionais, até ser aproveitado em outro cargo;

E) Para o cumprimento dos limites com despesa de pessoal, a Administração Pública primeiramente deverá reduzir em, pelo menos, 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; em seguida, exonerar os servidores não estáveis; e, posteriormente, exonerar os servidores estáveis.

69. A respeito da responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública, assinale a resposta correta:

A) A responsabilidade civil por ato ilícito praticado por fugitivo de presídio depende da demonstração do nexo de causalidade entre a conduta omissiva e o resultado danoso, bem como da culpa administrativa para restar caracterizada;



B) Pela teoria do risco integral adotada em nosso Direito, as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, ainda que verificada a existência de culpa exclusiva da vítima;

C) Ato ilícito praticado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), por ser empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e explorar atividade econômica, sujeita-se à regra da responsabilidade objetiva da Administração Pública;

D) O Estado é solidariamente responsável por dano individual causado a particular, provocado por concessionária de serviço público de energia elétrica;

E) Eventual ação judicial de responsabilidade civil deve ser proposta diretamente contra a Administração Pública, não dispondo a vítima da faculdade de propô-la somente contra o servidor causador do dano ou contra ambos, em litisconsórcio passivo.

70. Julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – Crime praticado contra o Banco do Brasil – sociedade de economia mista federal – é da competência da Justiça Federal;

II – São privilégios das Autarquias e Fundações Públicas o processo especial de execução, impenhorabilidade de seus bens, juízo privativo, prazo dilatado e duplo grau de jurisdição;

III – As sociedades de economia mista e empresas públicas podem ser organizadas sob quaisquer das formas permitidas em direito, admitindo-se a constituição de sociedade civil ou comercial;

IV – As sociedades de economia mista, que explorem a atividade econômica, se submetem integralmente ao regime geral das licitações públicas, estabelecido na Lei 8.666/93, exceto se houver estatuto jurídico próprio, aprovado por lei;

V – Os empregados das sociedades de economia mista e empresas públicas em geral, embora tenham vínculo contratual com a Administração Pública e sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), submetem-se à regra do concurso público para o ingresso na carreira, bem como outras pertinentes aos demais servidores públicos, exceto quanto à impossibilidade de acumulação de cargos públicos.

A) V V F V V

B) F F F V F

C) F V F V F

D) V F V F F

E) F V F V V

71. No que pertine ao tema dos contratos administrativos regidos pela Lei nº. 8.666/93, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

II – No contrato administrativo, toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrá-lo, inclusive, sendo vedado o prazo de vigência indeterminado;

III – A publicação do extrato do contrato na imprensa oficial bastará para dar-lhe eficácia jurídica, razão por que dispensa testemunhas e registro em cartório, pois, como todo ato administrativo, traz em si a presunção de legitimidade e vale contra terceiros, desde a sua publicação;

IV – A rescisão do contrato administrativo, por iniciativa da Administração Pública, exige a prévia configuração da culpa do contratado, a não ser nas hipóteses de caso fortuito e força maior;

V – A Administração impõe, independentemente da aceitação do contratado, acréscimos ou supressões nas obras, serviços ou compras, até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

- A) I, II e V estão corretas;
- B) II e IV estão corretas;
- C) II, III e IV estão corretas;
- D) I, II e III estão corretas;
- E) I, III e V estão corretas.

72. A respeito da licitação pública, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – Um de seus princípios norteadores é o da competitividade, em decorrência do qual nada deve comprometer, restringir ou frustrar a disputa entre os interessados em contratar com a Administração, sob pena de inexistir a própria licitação;

II – Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para escolha de seu objeto;

III – Na aquisição de bens e serviços de engenharia, poderá a Administração utilizar-se da licitação na modalidade pregão, cujo procedimento compreende as seguintes fases: edital, habilitação, classificação, julgamento, adjudicação e homologação;

IV – Na seleção da proposta mais vantajosa a Administração obedece, em regra geral, à proposta de menor preço, havendo determinados casos, no entanto, em que pode preponderar o critério de melhor técnica;

V – Submetido o procedimento à autoridade superior, verificando esta alguma ilegalidade, deverá revogar a licitação com demonstrativos da ocorrência de um fato de interesse público superveniente, pertinente e suficiente para justificar a revogação, sendo assegurado aos interessados o contraditório e a ampla defesa.

- A) I, II e V estão corretas;
- B) II, III e V estão corretas;
- C) II, IV e V estão corretas;
- D) III e IV estão corretas;

E) I, II e IV estão corretas.

---

## DIREITO ELEITORAL

---

73. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – A substituição de candidato, nas eleições majoritárias, deverá ser feita por decisão da maioria absoluta dos órgãos executivos de direção dos partidos coligados, não podendo o substituto ser filiado a partido diverso do candidato substituído;

II – Nas eleições proporcionais, a substituição de candidato só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 60 dias antes do pleito;

III – É obrigatória, no caso de eleição majoritária, e facultativa, no caso de eleição proporcional, a substituição de candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado;

IV – Para concorrer ao cargo de vereador, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido, pelo menos, seis meses antes da data fixada para as eleições;

V – Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias, excluindo-se os votos brancos e os nulos.

A) I e II estão corretas;

B) I e IV estão corretas;

C) II e V estão corretas;

D) III e IV estão corretas;

E) III e V estão corretas.

74. O promotor eleitoral é o membro do Ministério Público local que oficia junto ao juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona. Na inexistência do promotor de justiça que officie perante a Zona Eleitoral, é correto afirmar que:

A) O Procurador Regional Eleitoral indicará outro membro;

B) O Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público Eleitoral indicará um Procurador Regional;

C) O chefe do Ministério Público local indicará ao Procurador Regional Eleitoral o substituto a ser designado;

D) O Procurador Regional Eleitoral designará um promotor *ad hoc* para a respectiva Zona Eleitoral;

E) O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral designará um promotor de justiça para a respectiva Zona Eleitoral.

75. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão é gratuita no horário definido em lei com critério de tempo para os partidos que disputam as eleições. Sobre o tema, assinale quantas das assertivas abaixo estão corretas:

- I – A conduta de difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido ou coligação em veículo de comunicação a partir de 1º de julho do ano da eleição não constitui infração eleitoral, pois a Constituição Federal assegura a liberdade de opinião e de imprensa;
- II – A partir de 1º de julho do ano eleitoral as emissoras são proibidas de transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção;
- III – Só poderá participar da propaganda eleitoral cidadão filiado a partido político, integrante de qualquer coligação que dispute as eleições;
- IV – É permitida, até o dia das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, obedecendo os limites fixados em lei;
- V – Nas eleições para prefeitos e vereadores, nos municípios em que não haja emissora de televisão, os órgãos regionais de direção da maioria dos partidos participantes do pleito poderão requerer a justiça eleitoral que reserve 10% do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita para divulgação em rede da propaganda dos candidatos desses municípios, pelas emissoras geradoras que os atingem.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

76. De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 64/90, julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político;
- II – Constitui ilícito administrativo, punido com multa, a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé;
- III – Entre outros efeitos, a sentença prolatada, antes da eleição, torna o representado inelegível para o pleito e para os que se realizarem nos 4 anos subseqüentes à eleição em que se verificou o ato ensejador da ação de investigação judicial eleitoral, bem como o cancelamento do registro da candidatura;

IV – A declaração de inelegibilidade do candidato à prefeito municipal atingirá o candidato a Vice-Prefeito;

V – São inelegíveis, para qualquer cargo, o prefeito e o vice-prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 4 anos subseqüentes ao término do mandato, para o qual tenham sido eleitos.

A) V F V V F

B) F V F V F

C) V F V F V

D) V F F F F

E) F V F F V

77. É hipótese que comporta recurso contra a expedição de diploma:

A) Inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato;

B) Errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema majoritário;

C) Erro de direito ou de fato na votação;

D) Concessão ou denegação de pedido de investigação eleitoral;

E) Existência de erro no quociente eleitoral para todos os cargos do legislativo.

78. Constituem crimes eleitorais, exceto:

A) O uso de alto-falantes e amplificadores de som no dia da eleição;

B) O uso, na propaganda eleitoral, de imagens associadas às empregadas pelos órgãos de governo;

C) Impedir o exercício de propaganda;

D) Fazer pronunciamento fora do horário eleitoral gratuito, em cadeia de rádio ou televisão;

E) Tentar violar o sigilo da urna ou dos invólucros.

---

## DIREITO TRIBUTÁRIO

---

79. A Constituição Federal de 1988 dedicou uma seção inteira às limitações do poder de tributar do Estado, consagrando as principais garantias constitucionais do contribuinte contra o Fisco. Destaque-se que a expressão “*limitações do poder de tributar*” foi inculpada em sentido amplo pelo constituinte, importando, de um lado, toda e qualquer restrição imposta pelo ordenamento jurídico às entidades dotadas desse poder como, por outro lado, englobando o conjunto de preceitos constitucionais, os quais veiculam vetores de observância obrigatória para a atividade impositiva do Estado. Julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – É admissível a apreensão de mercadorias, como forma de se exigir o pagamento do tributo;
- II – É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial da correção monetária;
- III – Não é possível definir fato gerador, base de cálculo e aumento de tributo por meio de decreto, sendo a lei formal e material a via adequada para esses fins;
- IV – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- V – A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da anualidade, importando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disponha sobre alterações na legislação tributária, de modo que o tributo possa ser cobrado.

- A) F V F V F  
B) F V V V F  
C) V F F V V  
D) F F F V V  
E) V F V F V

80. Dentre as alternativas abaixo, assinale a incorreta:

- A) Em posição consolidada, o Supremo Tribunal Federal vem reconhecendo que existem na ordem jurídica brasileira, quatro espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, parafiscais e especiais, e empréstimos compulsórios;
- B) Para o Supremo Tribunal Federal, é legítima a cobrança, pela municipalidade, de taxa de conservação das redes de água e esgoto, porque não se trata de obra pública e sim de serviço público;
- C) Segundo o Código Tributário Nacional, imposto é o tributo, cuja obrigação tem por fato gerador uma situação vinculada a uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;
- D) Só há que se falar em contribuição de melhoria com o pressuposto da valorização imobiliária, decorrente de obra pública. Sua base é a diferença entre dois momentos: o anterior e o posterior à obra pública, juntamente com o *quantum* da valorização imobiliária;
- E) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

81. Assinale a alternativa incorreta:

- A) O poder de instituição fiscal é privativo e indelegável, não podendo a competência tributária ter natureza suplementar. Assim, a competência fiscal não é *res nullius*, de que outra pessoa de direito público se poderá aproveitar pela inércia do titular dela;

B) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei, bem como a destinação legal da sua arrecadação;

C) A competência tributária compreende dois poderes: o poder de instituição do tributo e o poder de cobrança do mesmo, devendo o primeiro, por força do princípio da legalidade, anteceder ao segundo, destacando-se que a Constituição Federal confere a competência tributária, mas não obriga o ente tributante a exercê-la;

D) Segundo o Código Tributário Nacional, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, não excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

E) No âmbito da remuneração dos serviços públicos, prestados ou postos à disposição do contribuinte, afigura-se a distinção entre taxas e os preços públicos, podendo-se afirmar que não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.

82. O imposto sobre serviços de qualquer natureza é da competência dos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, e tem função predominantemente fiscal. Assim, não havendo previsão na lista de determinado serviço, a falta de cobrança do referido tributo decorre de:

- A) Isenção;
- B) Não incidência;
- C) Anistia;
- D) Imunidade;
- E) Remissão.

83. Diante das assertivas abaixo, assinale a alternativa que contenha a seqüência de respostas corretas:

I - Um Município Brasileiro instituiu a taxa de serviços urbanos, utilizando, como base de cálculo, os elementos localização, área e dimensões do imóvel. Essa taxa é constitucional?

II - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doações, de quaisquer bens ou direitos?

III - Empréstimos compulsórios são tributos temporários, restituíveis, cuja instituição, de competência exclusiva da União, depende sempre de lei complementar?

- A) Não, não, não;
- B) Não, sim, não;
- C) Sim, não, não;
- D) Sim, sim, sim;
- E) Não, sim, sim.

---

## DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

---

84. Assinale a alternativa correta:

- A) São direitos difusos, ainda que fora das relações de consumo, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas, embora determináveis, e ligadas por circunstâncias de fato ou por uma relação jurídica base;
- B) A moralidade administrativa e seus desvios, com conseqüências patrimoniais para o erário, enquadram-se na categoria dos direitos difusos, o que habilita o Ministério Público a demandar, em juízo, na defesa da probidade administrativa;
- C) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública, com o fim de obter a declaração de nulidade de cláusula abusiva constante de determinado contrato de locação residencial, realizado por uma imobiliária, com conseqüente reparação de danos ao locatário;
- D) Em caso de direitos metaindividuais, por sua essência não patrimonial, apresenta-se, em tese, a tutela jurisdicional reparatória, como mais eficiente à preservação do direito;
- E) O mandado de segurança coletivo, diante dos estreitos limites constitucionais, não é meio de proteção judicial de direitos difusos.

85. Quantas das assertivas abaixo são corretas:

- I – Em ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, proposta pelo *Parquet*, a pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido ou atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente;
- II – No inquérito civil, instaurado para apurar ato lesivo ao patrimônio público, poderá o Ministério Público firmar com os interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título extrajudicial;
- III – De acordo com a Constituição Federal, é o Ministério Público titular exclusivo para as ações civis públicas, objetivando a defesa do patrimônio público, podendo terceiro agir subsidiariamente, em caso de inércia do órgão ministerial;
- IV – Em caso de improbidade administrativa, é possível o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo de sua remuneração, desde que através de decisão judicial fundamentada;
- V – Tem o Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública, objetivando a responsabilização do agente por ato de improbidade, contudo, não poderá propô-la com o fim, unicamente, de obter o ressarcimento de danos ao erário, caso em que a legitimidade é exclusiva do ente prejudicado.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5



86. Assinale a alternativa correta:

- A) Em sede de ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, o juiz, antes de receber a petição inicial e determinar a citação do réu, deverá proceder a um juízo de prelibação, ordenando a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, dentro do prazo de 15 dias;
- B) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, devendo esta ser anualmente atualizada, e não podendo ser substituída por cópia da declaração anual de bens, apresentada à Receita Federal, na conformidade da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;
- C) As ações de ressarcimento ao erário, por ato de improbidade administrativa, prescrevem em até 5 anos, após o término de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, ou, ainda, dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão, a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego;
- D) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, bem como da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas respectivo;
- E) A condenação em dinheiro, em sede de ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, deverá ser revertida a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais, de que participarão, necessariamente, o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

87. Em relação aos crimes ambientais da Lei nº 9.605/98, é incorreto afirmar:

- A) O recolhimento domiciliar é uma das penas restritivas de direito aplicadas pela prática desses crimes;
- B) São circunstâncias agravantes o fato desses crimes ocorrerem à noite, em domingo ou feriado;
- C) Nos crimes ambientais de pequeno potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa (transação penal) depende da prévia composição do dano ambiental;
- D) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a fauna, conforme verbete vigente da Súmula 91 do Superior Tribunal de Justiça;
- E) Considera-se crime, nela tipificado, a conduta culposa de danificar uma planta ornamental em propriedade privada alheia.

88. Segundo mandamento constitucional, o meio ambiente, ecologicamente equilibrado, é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Sobre o assunto, julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – São instrumentos da política nacional de meio ambiente: a avaliação de impactos ambientais, o zoneamento ambiental, o licenciamento ambiental e as penalidades disciplinares;

II – A responsabilidade civil, por dano ambiental, prescinde da investigação sobre a culpa, bem como sobre a licitude da conduta lesiva;

III – São instrumentos da política urbana estabelecidos no Estatuto da Cidade: a outorga onerosa do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir e o direito de superfície;

IV – As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são divididas em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável;

V – Em matéria de proteção do meio ambiente, compete à União estabelecer normas gerais, quando no exercício da competência concorrente.

A) I, II e III estão corretas;

B) II, IV e V estão corretas;

C) I, III e IV estão corretas;

D) I, IV e V estão corretas;

E) Todas as alternativas estão corretas.

89. De acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros. Assim, concedida a guarda, não poderá ser revogada;

II – Compete ao Ministério Público impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente;

III – O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça;

IV – A colocação, em família substituta, não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial;

V – A colocação, em família substituta estrangeira, constitui medida excepcional, admissível nas modalidades de adoção, tutela ou guarda.

- A) I, III e IV estão corretas;
- B) II, III e V estão corretas;
- C) I, IV e V estão corretas;
- D) I, II e V estão corretas;
- E) II, III e IV estão corretas.

90. Julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

I – Nenhum adolescente será privado de sua liberdade, senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente;

II – Como medida acautelatória, a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias, sendo que esta decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida;

III – Para o adolescente infrator, a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a 3 anos;

IV – A liberação do adolescente infrator, quando sujeito à medida sócio-educativa de internação, será compulsória aos 21 anos de idade;

V – Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá requerer à autoridade judiciária a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

- A) V V V V F
- B) V F V V V
- C) V F V F F
- D) F F F V V
- E) V V V F F

91. Julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – Tanto nas relações de consumo quanto nas situações protegidas pelo novo Código Civil, a cláusula geral da boa-fé objetiva deverá orientar os negócios jurídicos na fase pré-contratual, bem como na celebração, execução ou até mesmo após a extinção da avença;

II – Para que o consumidor tenha direito à revisão do contrato, é necessário que haja a onerosidade excessiva, decorrente de fato superveniente, extraordinário e imprevisível;

III – Aplica-se ao sistema do Código de Defesa do Consumidor a regra civilista segundo a qual, nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio;

IV – O princípio da informação adequada nos contratos relacionais de consumo envolve o dever de transparência não apenas no momento de celebração contratual, mas durante todo o período da execução da avença;

V – Poderá ser determinada, a qualquer tempo, a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data da contratação dos planos ou seguros de saúde, cabendo à respectiva operadora o ônus da prova e da demonstração do conhecimento prévio do consumidor.

- A) V F V V F
- B) V V F F F
- C) F F V V F
- D) F V F V V
- E) V V V V V

92. Assinale a alternativa incorreta:

A) O Ministério Público, nas ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos indisponíveis de consumidores, quando não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei;

B) O Ministério Público, na defesa de direito coletivo, tem legitimidade para realizar o controle abstrato de cláusulas em contratos de adesão, sendo-lhe permitido, inclusive, o manejo de ação declaratória para obter certeza quanto à sua exata interpretação;

C) Pode o Ministério Público, ante a natureza abusiva, questionar judicialmente cláusula de contrato de plano privado de saúde que estabelece limitação no tempo de internação hospitalar;

D) É da competência do juizado especial criminal, a persecução de ato delituoso praticado por fornecedor que ao empregar, na manufatura de bem de serviço destinado à venda, peças ou componentes reconicionados, afirmando expressamente serem os mesmos novos, induziu o adquirente em erro;

E) A prática de sanções pedagógicas, como meio de forçar o adimplemento de dívidas, de modo que exponha o consumidor, injustificadamente, ao ridículo, configura crime previsto no Código de Defesa do Consumidor.

93. Julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – É competente a Justiça Estadual para processar e julgar as ações acidentárias, mesmo que haja interesse da União;

II – Em se tratando de reparação acidentária, assim considerada aquela devida pelo órgão previdenciário e satisfeita com recursos oriundos do seguro obrigatório, custeado pelos

empregadores, a responsabilidade é objetiva, não excluindo a indenização a que o empregador está obrigado, quando incorrer em culpa ou dolo;

III – É indispensável a existência formal do contrato de trabalho entre empregador e empregado para efeito de imposição de responsabilidade no caso de acidente de trabalho, em face da sua natureza contratual-legal;

IV – A razão da intervenção do Ministério Público, nas ações acidentárias, é o interesse público consubstanciado na preocupação do Estado de defender aquele que sofre perda ou redução laboral, bem como a família de quem é vitimado no trabalho;

V – Somente em caso excepcional, considera-se como sendo acidente do trabalho o sofrido no local e no horário de trabalho, em decorrência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo, praticado por terceiro.

A) F V V F V

B) V F F V F

C) V V F V F

D) V F V F V

E) F V F F V

94. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – Constitui conduta criminoso o fato de o diretor de estabelecimento de ensino privado recusar, sem justa causa, a matrícula de aluno, por motivos derivados da deficiência que porta;

II – A garantia da prioridade, prevista no Estatuto do Idoso, compreende o atendimento do idoso, portador de deficiência ou não, por sua própria família ou em entidade asilar, em igualdade de condições;

III – A tutela judicial ou extrajudicial, promovida pelo Ministério Público, do direito coletivo à acessibilidade no meio urbano, se restringe a atender ao universo de pessoas portadoras de deficiência;

IV – Os edifícios de uso privado (condomínios verticais), em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser acessíveis às pessoas com dificuldade de locomoção, pelo menos: no percurso que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum; no percurso que una a edificação à via pública, aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos; e, no interior de, pelo menos, uma das unidades habitacionais;

V – O Ministério Público tem legitimidade para promover a tutela do direito à acessibilidade urbana, podendo recomendar ou postular, em juízo, que os órgãos competentes somente concedam alvarás de construção ou reforma de edifícios públicos ou privados, destinados ao uso coletivo, se os projetos apresentados atenderem às exigências de acessibilidade, o que caracterizará uma atuação ministerial preventiva.

A) II, III e V estão corretas;

B) I, IV e V estão corretas;

- C) I, III e IV estão corretas;
- D) I e V estão corretas;
- E) II e IV estão corretas.

95. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) privilegiou a atuação do Ministério Público em defesa dos direitos da pessoa idosa. Sobre esta atuação, é incorreto afirmar que cabe ao Ministério Público:

- A) Aforar ação judicial para proteção dos direitos e interesses individuais dos idosos, nos casos de direitos individuais indisponíveis e de direitos individuais homogêneos;
- B) Promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial e de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida;
- C) Promover as medidas judiciais e extrajudiciais para garantir o direito à gratuidade no transporte coletivo dos idosos com mais de 65 anos;
- D) Fazer a fiscalização de entidades de atendimento ao idoso, tendo, no exercício de suas funções, livre acesso à entidade;
- E) Promover, no foro do domicílio do réu, a tutela judicial de todos os direitos difusos e coletivos, protegidos pelo novo Estatuto.

96. Tendo em vista, especificamente, os preceitos contidos na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidos em regime de tempo integral;
- II – Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde;
- III – O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração Direta e Indireta e das Fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS);
- IV – É permitida a participação, direta ou indireta, de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, inclusive, através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos;
- V – O orçamento da seguridade social destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a receita estimada, os recursos necessários à realização de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- A) V F V V F
- B) V F F V V

- C) F F F V V
- D) V V V F V
- E) V V F F F

97. Considerando especificamente os preceitos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), é incorreto afirmar:

- A) O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, sendo facultado a qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo;
- B) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças e adolescentes, a partir dos 7 anos de idade no ensino fundamental;
- C) Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela incidir em crime de responsabilidade;
- D) Os sistemas municipais de ensino compreendem: as instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil, mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos municipais de educação;
- E) A União aplicará, anualmente, nunca menos de 15% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20%, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

98. Sobre o inquérito civil, assinale a alternativa incorreta:

- A) Dentre os legitimados para a ação civil pública, o inquérito civil é atribuição exclusiva do Ministério Público;
- B) Os autos do inquérito civil arquivados serão remetidos, sob pena de falta grave, no prazo de 3 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público;
- C) Admite-se a interceptação telefônica para fins de instrução de inquérito civil;
- D) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;
- E) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

99. Julgue as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:

I – Ajuizada ação civil pública com pedido expresso de obrigação de fazer ou não fazer para impedir a prática de um determinado ilícito coletivo instantâneo, se este se consumir antes da concessão liminar da tutela inibitória, esta não mais poderá ser concedida, nem

mesmo no caso de ser possível a repetição deste mesmo ilícito, tendo em vista os limites do pedido;

II – Na ação civil pública, a multa coercitiva imposta em liminar, embora seja devida, a partir do descumprimento da decisão, somente pode ser exigida, a partir do trânsito em julgado da sentença favorável ao autor;

III – Em caso de ação civil pública ajuizada em comarca do Rio Grande do Norte, que não é sede de vara da Justiça Federal, verificando o juiz estadual a existência de interesse da União, deverá, mesmo sendo local o dano, declarar-se incompetente e remeter os autos à Justiça Federal. Este último juízo, entendendo inexistir interesse da União, deverá suscitar o conflito negativo de competência;

IV – Nas tutelas coletivas contra o Poder Público, as eventuais apelações serão recebidas nos efeitos suspensivo e devolutivo;

V – A requerimento da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar lesão grave à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Tribunal, através do seu órgão pleno, suspender a execução da liminar.

- A) II e III estão corretas;
- B) II, III e IV estão corretas;
- C) I, IV e V estão corretas;
- D) I, III e V estão corretas;
- E) Apenas a II está correta.

100. Sobre a execução coletiva, assinale a alternativa correta:

- A) Decorridos 60 dias da data em que foi prolatada a sentença de procedência do pedido na ação civil pública, se a associação autora não promover a execução provisória, deverá fazê-lo o Ministério Público, restando a faculdade de igual iniciativa aos demais legitimados;
- B) É sempre individual a execução da tutela coletiva que trata de direitos individuais homogêneos e fica submetida ao regime da chamada *fluid recovery*;
- C) Não se admite, na tutela executiva coletiva, ao contrário do que acontece na execução individual, a defesa do executado, senão por meio de embargos à execução;
- D) É inadmissível a execução coletiva fundada em título executivo extrajudicial;
- E) A sentença proferida em ação civil pública, promovida pelo Ministério Público, na defesa de direitos coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência, que concluir pela improcedência do pedido, comportará execução coletiva, diante do eventual provimento do duplo grau de jurisdição obrigatório, mesmo que não tenha havido recurso ministerial da sentença de primeiro grau.



## AVISO

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público, vem, na forma do artigo 13, § 1º da Resolução nº 001/2003-CSMP, divulgar o gabarito da prova escrita objetiva realizada no dia 16 de maio de 2004. Fica aberto, a partir da presente publicação, o prazo de 48 horas para interposição de recurso.

Natal, 17 de Maio de 2004

Fernando Batista de Vasconcelos

Procurador-Geral de Justiça e Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público do Rio Grande do Norte

## GABARITO

1. D	26. E	51. D	76. D
2. A	27. D	52. A	77. A
3. D	28. A	53. C	78. D
4. D	29. B	54. E	79. B
5. C	30. A	55. D	80. C
6. C	31. E	56. B	81. D
7. E	32. A	57. E	82. B
8. B	33. D	58. B	83. E
9. C	34. A	59. D	84. B
10. D	35. D	60. E	85. A
11. D	36. D	61. D	86. A
12. A	37. B	62. A	87. D
13. D	38. D	63. B	88. E
14. D	39. A	64. D	89. E
15. E	40. D	65. C	90. A
16. B	41. E	66. E	91. A
17. E	42. A	67. B	92. D
18. A	43. E	68. B	93. C
19. B	44. A	69. A	94. D
20. D	45. C	70. C	95. E
21. E	46. C	71. D	96. D
22. D	47. A	72. E	97. E
23. B	48. C	73. C	98. C
24. C	49. E	74. C	99. E
25. C	50. C	75. B	100. E